

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os sucessivos episódios ocorridos ao longo desta legislatura, relativos à construção do Centro Oncológico de Viseu, tiveram um desfecho surpreendente com anúncio do abandono do projeto pelo Governo, o mesmo que havia sido validado em 2017.

Sendo esta decisão um revés e uma afronta, sem precedentes, à nossa comunidade e região do interior do país, não se pode deixar sem resposta os cerca de 500 mil utentes referenciados na área de influência do Centro Hospitalar Tondela Viseu.

Perante este desfecho, tendo em conta o interesse público do serviço e o seu impacto na melhoria da qualidade e capacidade de resposta de cuidados de saúde na região, exige-se um esclarecimento concreto e inequívoco sobre as razões e fundamentos que levaram à mudança de estratégia do Governo.

Assim, exige-se um esclarecimento fundamentado e claro da parte do Governo:

1. Por que razões o Governo não cumpriu com os prazos previstos e anunciados para a concretização do investimento (2017-2019)?
2. Há algum relatório técnico que fundamente o abandono do projeto do centro oncológico?
 - a) Se existe, quem o elaborou e que entidades foram ouvidas?
 - b) Quando teve, a senhora ministra, conhecimento do mesmo?
 1. Alguma das entidades que elaboram a proposta anterior (CHTV, ARSC, IPO e ACSS) manifestou discordância da solução validada anteriormente pelo Governo, conforme é público desde 6 de maio de 2017?
 2. Por que razão, segundo os autarcas da CIM Dão-Lafões, responsabiliza, Vexa., o conselho de administração pelo abandono da solução?
 3. Discorda a Senhora Ministra da solução validada pela anterior equipa ministerial da saúde?
 4. Enquanto responsável máxima pela ACSS, à data da elaboração do relatório, manifestou alguma reserva à proposta apresentada pelo grupo de trabalho? Ou não teve conhecimento dessa parceria e compromisso? Se o não fez, qual a razão para o fazer agora?
 5. Referiu também, nessa reunião com os autarcas da CIM Dão Lafões, que não estavam definidas as fontes de financiamento. Do que é do conhecimento público, é tudo muito claro nessa matéria – sustenta-se no modelo de financiamento dos hospitais do SNS. Admite recorrer a parcerias com entidades privadas para prestar este serviço? Ou ficará limitada ao

OE que há dois anos não tem disponibilizados 1,3M de euros para permitir que o concurso das obras de remodelação a Urgência do CHTV possa avançar?

Palácio de São Bento, 29 de março de 2019

Deputado(a)s

PEDRO ALVES(PSD)
ANTÓNIO LEITÃO AMARO(PSD)
INÊS DOMINGOS(PSD)
ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)
ISAURA PEDRO(PSD)